

Sumário

Introdução	15
1. Direito Agrário, seu conceito e abrangência	17
1.1. Antecedentes históricos.....	17
1.2. Denominação.....	18
1.3. Conceito.....	18
1.4. Características.....	18
1.5. Fontes do Direito Agrário.....	19
1.6. Princípios.....	21
1.7. Natureza jurídica do Direito Agrário.....	22
1.8. Autonomia.....	24
1.9. Relação com outros ramos do Direito.....	25
1.10. Relação do Direito Agrário com outras ciências.....	27
1.11. Codificação do Direito Agrário.....	28
2. Estatuto da Terra, sua nomenclatura e definições	29
2.1. A importância da nomenclatura no estudo do Direito.....	29
2.2. A ideia política de criação do Estatuto da Terra.....	29
2.3. O módulo rural como medida agrária.....	31
2.4. Características do módulo rural.....	32
2.5. Quantificação do módulo rural.....	33
2.6. A indivisibilidade do módulo rural.....	34
2.7. Módulo fiscal.....	35
2.8. Outros conceitos legais.....	36
2.9. Atualidade do Estatuto da Terra.....	37
3. Função social da propriedade e da posse agrária	39
3.1. Função social da propriedade.....	39
3.1.1. Antecedentes históricos.....	39
3.1.2. A função social da propriedade no Brasil.....	41
3.1.3. Penalidades para o descumprimento do princípio.....	42
3.2. Função social da posse agrária.....	43
3.2.1. Considerações preliminares.....	43
3.2.2. Diferença entre a posse de direito comum e a posse agrária – Efetividade da posse agrária.....	44
3.2.3. A função social da posse agrária.....	44
3.2.4. A posse agrária originária.....	45
3.2.5. A posse agrária derivada.....	45



4. Reforma Agrária	47
4.1. Breve história da propriedade rural no Brasil	47
4.2. Terras devolutas	48
4.3. Processo discriminatório	49
4.4. Conceito de Reforma Agrária	50
4.5. Terras passíveis de Reforma Agrária	50
4.6. O procedimento de desapropriação para Reforma Agrária	53
4.7. A distribuição das terras desapropriadas para a Reforma Agrária	66
4.8. A atual situação fundiária do País	70
4.9. Títulos da dívida agrária	73
4.10. Banco da Terra – Outra alternativa de reforma agrária	74
4.11. A reforma agrária na poesia	76
4.12. Compra e venda de imóveis para a reforma agrária	77
4.13. Reforma agrária como questão econômica e social	79
5. Cadastro rural	80
5.1. Antecedentes históricos	80
5.2. A importância do cadastro rural	80
5.3. O cadastro rural no País	81
5.4. Conteúdo do cadastro rural	81
5.5. Espécies de cadastro rural	82
5.6. Finalidades do cadastro rural	83
5.7. Inscrição no cadastro rural	83
6. Zoneamento	86
6.1. Conceito	86
6.2. Finalidades do zoneamento	87
6.3. Objetivos do zoneamento	87
6.4. Origem e órgão executor do zoneamento	87
7. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	88
7.1. Antecedentes históricos	88
7.2. Fato gerador do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	89
7.3. Base de cálculo do I.T.R.	90
7.4. Apuração do valor do I.T.R.	92
7.5. Administração do I.T.R.	94
7.6. Imunidades do I.T.R.	95
7.7. Isenções do I.T.R.	95
7.8. Execução fiscal	96
7.9. Defesa do contribuinte do I.T.R.	97
7.10. Efeitos colaterais do I.T.R.	98
7.11. Inovações sobre o I.T.R.	98
8. Colonização	107
8.1. Antecedentes	107
8.2. Conceito	108
8.3. Tipos de colonização	109
8.4. Planejamento técnico na colonização	110

9. Teoria geral e princípios comuns aos contratos agrários	111
9.1. Antecedentes históricos	111
9.2. Conceito	113
9.3. Arrendamento e parceria rural como contratos agrários típicos.....	116
9.4. A exegese dos contratos agrários	117
9.5. Forma dos contratos agrários	118
9.6. A prova dos contratos agrários	120
9.7. Solidariedade possessória entre os contratantes	121
9.8. A irrenunciabilidade de direitos e vantagens	121
9.9. Nulidade absoluta de cláusulas contrárias à lei	122
9.10. Alienação ou imposição de ônus real sobre o imóvel, permanência do contrato	122
9.11. Rescisão facultativa dos contratos agrários	123
9.12. Prazo mínimo de contratação	123
9.13. Terminação dos contratos agrários	125
9.14. Direito de preferência na alienação do imóvel rural contratado.....	125
9.15. Direito de preferência na renovação dos contratos agrários.....	127
9.16. Direito de retomada.....	128
9.17. Indenização por benfeitorias.....	129
9.18. Direito de retenção	130
9.19. Direitos e obrigações das partes contratantes	131
9.20. Causas de extinção dos contratos agrários	134
9.21. Casos de despejo.....	136
9.22. Substituição facultativa da área objeto do contrato agrário.....	139
9.23. Cláusulas proibidas de contratar	139
9.24. Arrendamento e parceria rural de terras públicas	141
9.25. Cláusulas obrigatórias	141
10. Princípios específicos ao arrendamento e à parceria rural	142
10.1. Antecedentes	142
10.2. Preço do arrendamento rural em dinheiro	143
10.3. Limite da remuneração do arrendamento rural	145
10.4. Partilha dos frutos na parceria	146
10.5. Pagamento da quota na parceria	148
10.6. Crítica à legislação	148
11. Usucapião especial rural	150
11.1. Breves antecedentes históricos	150
11.2. Fundamento legal da usucapião especial	151
11.3. Requisitos da usucapião especial rural	151
11.4. O devido processo legal da usucapião especial rural	153
11.5. A justificação de posse	154
11.6. O rito da ação de usucapião especial rural	154
11.7. Peculiaridades da usucapião especial rural	156
12. A estrutura do crédito rural	157
12.1. Conceito	157

12.2. Fundamento legal.....	157
12.3. Objetivos do crédito rural.....	158
12.4. Órgãos integrantes do crédito rural.....	159
12.5. Tipos de crédito rural.....	160
12.6. Exigências para sua concessão.....	160
12.7. Origens dos recursos.....	162
12.8. A exegese do crédito rural.....	162
12.9. A inconstitucionalidade no crédito rural.....	165
12.10. Encargos do crédito rural.....	165
12.11. As garantias do crédito rural.....	169
12.12. Ponto de vista sobre o crédito rural.....	172
13. Títulos de crédito rural e sua execução.....	180
13.1. Generalidades.....	180
13.2. Espécies de títulos de crédito rural.....	180
13.3. Títulos de crédito rural propriamente ditos.....	181
13.4. Títulos de crédito rural assemelhados.....	185
13.5. A execução judicial dos títulos de crédito rural.....	187
13.6. Mudanças inconstitucionais.....	190
14. Cédula de Produto Rural.....	191
14.1. Da estrutura jurídica da CPR.....	191
14.1.1. Da evolução histórica da CPR.....	191
14.1.2. Da base constitucional.....	193
14.1.3. Da CPR como instrumento de política agrícola.....	194
14.1.4. Das facilidades econômicas criadas pela CPR.....	195
14.1.5. Da base infraconstitucional.....	197
14.1.6. Da CPR como instituto de direito agrário.....	198
14.1.7. Dos outros institutos de aplicação subsidiária no estudo da CPR.....	198
14.1.8. Da discussão se a CPR é um contrato ou um título de crédito.....	198
14.1.9. Da CPR e do princípio da autonomia de vontade.....	199
14.1.10. Da CPR como moeda de circulação plena.....	200
14.1.11. Do conceito.....	201
14.1.12. Da natureza jurídica da CPR.....	201
14.1.13. Das características da CPR.....	202
14.1.14. Dos produtos rurais objetos de CPR.....	203
14.1.15. Do emitente da CPR ou do conceito de produtor rural, associação rural e cooperativa rural.....	205
14.1.16. Do credor e dos demais interessados na CPR.....	209
14.1.17. Da CPR oficial e a de gaveta.....	210
14.1.18. Do desvio de finalidade.....	211
14.1.19. Da CPR como negócio jurídico subsequente.....	212
14.1.20. Do negócio jurídico subjacente à CPR.....	212
14.1.21. Dos tipos de CPR.....	214
14.1.22. Dos requisitos extrínsecos da CPR.....	219
14.1.23. Do aditamento, ratificação e retificação da CPR.....	224

14.1.24. Dos encargos da CPR.....	225
14.1.25. Do controle do credor sobre o produto rural prometido a entregar.....	230
14.1.26. Da possibilidade de negociação em bolsa e balcão.....	231
14.1.27. Da necessidade de registro no sistema de registro e de liquidação financeira administrada por entidade autorizada pelo Banco Central.....	232
14.1.28. Da natureza de ativo financeiro.....	232
14.1.29. Do endosso na CPR.....	232
14.1.30. Do protesto da CPR.....	234
14.1.31. Da inscrição e averbação no Registro de Imóveis.....	234
14.1.32. Do vencimento antecipado.....	235
14.1.33. Do pagamento da CPR.....	236
14.1.34. Da responsabilidade do emitente pela evicção.....	237
14.1.35. Da não invocação do emitente do caso fortuito ou de força maior.....	238
14.1.36. Da prescrição.....	238
14.1.37. Das ações típicas que envolvem a CPR.....	240
14.2. Das Garantias da CPR.....	246
14.2.1. Da possibilidade de instituição da garantia na própria CPR ou em documento apartado.....	248
14.2.2. Da emissão da CPR sem garantia.....	249
14.2.3. Da descrição simplificada das garantias.....	249
14.2.4. Dos tipos de garantias na CPR.....	250
15. Previdência social rural.....	260
15.1. Evolução da previdência social rural no Brasil.....	260
15.2. Segurados rurais.....	261
15.2.1. Empregado rural.....	262
15.2.2. Contribuinte individual.....	262
15.2.3. Trabalhador avulso.....	263
15.2.4. Segurado especial.....	263
15.3. Contribuição.....	265
15.4. Benefícios.....	267
16. Exercícios de revisão de conteúdo.....	268
16.1. Temas para dissertação.....	268
16.2. Questões objetivas de escolha múltipla.....	269
16.3. Questões práticas.....	274
16.4. Questões objetivas de falsa ou verdadeira.....	278